

1. Manifesto em defesa da Universidade Pública e Gratuita

O PROIFES realizou nos dias 28 e 29 de setembro, em conjunto com a ADUFEPE, Associação de Docentes da Universidade Federal de Pernambuco, um ‘Seminário sobre a concepção e os modelos de universidade pública estatal’. Durante o Seminário, foi aprovado um ‘Manifesto em defesa da Universidade Pública’, cujo inteiro teor vai transcrito abaixo:

“Os sindicatos de docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) reunidos no Seminário Concepções e Modelos de Universidade Pública Estatal consideram inaceitáveis os ataques ao ensino superior gratuito e universal promovidos pelo governo de Michel Temer.

As restrições aos orçamentos das IFES, e o congelamento de gastos sociais pelos próximos vinte anos, impostos pela Emenda Constitucional 95 (EC 95), apontam para um futuro sombrio, inviabilizando as universidades e Institutos Federais em suas bases atuais.

A privatização e a mercantilização do ensino em todos os níveis é o objetivo inequívoco deste governo, que busca direcionar recursos públicos aos cofres dos grandes grupos privados de educação, entre eles gigantes internacionais do setor.

A universidade pública, assim como a educação em todos os níveis, é prevista no Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que garante sua concepção plural e universalista. É a universidade pública estatal quem, por larga margem, produz e avança a ciência brasileira, em diferentes áreas, promovendo conhecimento e desenvolvimento social em todas as regiões do país. Esta mesma universidade, gratuita, permite que milhões de estudantes brasileiros possam ter acesso ao ensino superior, incluindo, cada vez mais, minorias e grupos historicamente sub representados no espaço universitário.

Por estes motivos, exigimos a recomposição imediata dos orçamentos das IFES, o fim da privatização e da mercantilização do ensino público, a revogação imediata da EC 95, e a manutenção de um ensino superior gratuito, inclusivo, plural e democrático, com a autonomia que lhe é devida pelo Artigo 207 da mesma Constituição Federal de 1988.

Recife, 29 de setembro de 2017.”

2. Reunião da IEAL: ‘Resposta Global’ à privatização da educação.

(San José, Cost Rica, 20-22 setembro).

Realizou-se em San José, Costa Rica, de 20 a 22 de setembro de 2017, reunião da Internacional de Educação (à qual o PROIFES é filiado) sobre a privatização da educação, dando sequência a encontros anteriores que têm tido como objetivo central o desenvolvimento de campanha mundial que pretende dar uma ‘Resposta Global’ ao processo de mercantilização do setor educativo por grandes grupos financeiros que pretendem transformar a educação – que deve ser um direito de cidadania – em mera mercadoria.

Destacamos inicialmente a programação prevista:

20 de setembro:

09:00 –

Saudação de **Ângelo Gavrielatos**, Diretor Mundial da Campanha ‘Resposta Global’, Internacional da Educação, Bruxelas (IE).

Saudação de **Combertty Rodrigues**, Coordenador Regional Principal da Internacional da Educação para a América Latina (IEAL).

Saudação de **Sandra Cartín**, Fundação Frierich Ebert Stiftung (FES) e explicação sobre assuntos administrativos.

Saudação de **Fátima da Silva**, Vice-Presidente do Comitê Regional da Internacional da Educação para a América Latina (IEAL).

10:30 Exposição: Campanha 'Resposta Global' frente ao comércio educativo. **Ângelo Gavrielatos e Mar Candela**, IE, Bruxelas.

10:30-11:00 Pausa

11:00-12:30 Apresentação: Achados nas investigações efetuadas na América Latina sobre privatização da Educação. **Clara Fontdevilla**, Universidad Autónoma de Barcelona (UBA), Espanha.

12:30-14:00 Almoço.

14:00-15:30 Exposição: O comércio educativo na educação superior: o caso de Elsevier. **Pablo Macía**, CONADU, Argentina.

15:30-16:00 Pausa Café 16:00-16:30 Apresentação: Achados do monitoramento realizado na América Latina sobre privatização e comércio educativo. **Gabriela Bonilla**, colaboradora da IEAL.

16:30-17:00 Exposição: O processo do Acordo de Comércio e Serviços – TISA. **Gabriel Castro**, Coordenador da IEAL.

17:00-18:00 Intercâmbio de experiências por país.

21 de setembro:

08:00- 09:00 Apresentação: Aspectos importantes do monitoramento por país. **José Manuel Valverde**, colaborador da IEAL.

9:00-10:00 Exposição: O desenvolvimento da campanha contra a privatização e o comércio educativo no Uruguai. **Elbia Pereyra** (FUM-TEP) e **José Olivera** (FENAPES).

10:00-10:30 Pausa

10:30-12:30 Exposições por organização e país sobre a implementação dos 'Planos de Ação' nacionais de: Costa Rica, Perú, Honduras, El Salvador, Paraguai, Chile, Argentina, Brasil.

14:00-16:00 Continuação das exposições por país.

16:00-16:30 Pausa

16:30-7:30 Apresentação: Uso do Manual elaborado pela IE para realizar pesquisa. **Mar Candela**, IE, Bruxelas.

22 de setembro:

08:00-08:15 Apresentação: Metodologia para a elaboração dos Planos de Trabalho, período 2017-2018. **José Manuel Valverde**, colaborador da IEAL.

08:15- 10:00 Elaboração de Planos de trabalho para o período 2017-2018.

10:00-10:30 Pausa

10:30-13:00 Exposições por organização (ou país) do Plano de Trabalho 2017-2018.

13:00-13:30 Conclusões finais e encerramento.

No dia 20 de setembro, a apresentação inicial foi de Ângelo Gavrielatos (Diretor Mundial da campanha 'Resposta Global' da IE). O dirigente contextualizou a campanha 'Resposta Global' contra a privatização, iniciativa da IE, que visa dar uma resposta articulada a nível mundial contra os avanços de grandes grupos empresariais que veem a educação sob a ótica do lucro, como mera mercadoria a ser comercializada, enquanto a IE defende a perspectiva de que a educação é um direito cidadão de todos. Ângelo afirmou também que para o empresariado da educação os estudantes, e o próprio processo educativo, são vistos como peças do mercado. Estes setores não estão preocupados com a soberania dos países, mas sim com a financeirização da educação, através de agentes como o Banco Mundial, google, etc., que exercem influência global.

“O plano Bridge [Nota: mais detalhes em <http://site.grupobridge.com.br/>] tem como objetivo contratar professores para passar conhecimento standard para seus alunos. No início propuseram e implantaram as 'escolas privadas de baixo custo', mas o que realmente querem é estabelecer alianças público-privadas, para que possam ter mais garantias de lucro, via utilização do fundo público. Um dos objetivos subjacentes daqueles que defendem a privatização é destruir a organização dos sindicatos, que são um empecilho para o processo. O Bridge, inclusive, organiza seminários para falar sobre a Internacional da Educação, com a intenção de desqualificá-la. O ponto chave é que o capital global está se organizando contra a IE, pois somos o último obstáculo que resta. Estão crescendo, ganharam 4.3 trilhões, e para 2020 querem chegar a 6.3 trilhões. É obvio que não querem ameaças. Temos realizado muitas campanhas ao redor do mundo para criar uma rede de solidariedade em apoio à educação pública, e contra as iniciativas privatistas do Banco Mundial, Pearson etc. Vale mencionar que, embora parte dos fundos de previdência dos nossos docentes venha investimento na Pearson, ao mesmo tempo veem nos dando acesso aos dados dessa empresa. É importante que façamos campanhas fortes, principalmente nos meios digitais, como a realizada na Libéria, com custo baixo (U\$300,00). Usar vídeos curtos é uma das principais armas que temos. Como sabem, as escolas privadas competem com as escolas públicas para verificar quem tem melhores resultados; em relação a este ponto, o que temos que discutir é como, por quem e com quais critérios são feitas essas avaliações. Os fundos de pensão são independentes e investem em todos os tipos de negócios, sem intervenção dos sindicatos; assim é necessário e importante que tenhamos representação nestes espaços”, disse Ângelo.

Combertty (Coordenador Regional da IE para a América Latina), na sequência, relatou que as organizações sindicais estão sendo golpeadas no mundo, como estratégia do projeto neoliberal internacional, objetivando a desarticulação dos trabalhadores e, inclusive, o fim do financiamento dos movimentos sindicais. “A ONU e a UNESCO incluíram a privatização entre os seus temas de debate. Mas hoje está claro que as organizações internacionais que defendem a privatização vão tentar manipular dados, de forma a que não seja cumprida a meta 4 (ODS, da ONU – ver ANEXO, adiante)”, disse Combertty, e continuou: “O Banco Mundial, por seu turno, condicionou o repasse de recursos aos programas firmados com diversos países à realização de ‘reformas’ de cunho privatizante. Um dos eixos centrais dos processos de privatização, ao redor do mundo, é a diminuição dos ‘custos’ da educação, como estratégias de maximização dos lucros, o que inclui a precarização da carreira docente. Isto afeta não apenas a América Latina e a África, mas também países desenvolvidos, como os EUA”. “Nossa profissão depende de qualificação e os sindicatos devem defender a carreira e a educação pública com qualidade”, concluiu Combertty.

Nicolas Richard (IE), falando a seguir, afirmou que tem decrescido a participação de entidades (e países) que lutam em defesa da educação. “Devemos estar errando em alguma coisa. Precisamos reverter essa situação, voltando não apenas a atrair um número maior de sindicatos, mas principalmente de sindicatos organizados. Precisamos avançar, mas não só em quantidade, também em formação”, disse ele.

Fátima (Vice-Presidente – IEAL) lembrou a fala de Donald Trump (Presidente dos EUA) na última conferência da ONU e citou também a participação do presidente Temer nessa mesma reunião. Fátima falou sobre a dificuldade que as organizações que defendem a educação no Brasil têm em consolidar uma agenda interna comum, mas disse acreditar que teremos tranquilidade para organizar os nossos movimentos e a nossa luta diante dos nefastos ataques do atual governo. Fátima ressaltou que após 2016 o Brasil vem sofrendo um processo de ruptura democrática e abertura à privatização, o que se reflete, na educação, em abertura do ‘mercado’ para a área, o que vai além do Pearson (grupo internacional cujos investimentos se concentram na venda de serviços educativos) e do TISA (Acordo Internacional de Comércio de Serviços). “Não é mais o Estado que regula a educação no Brasil, e sim o setor privado, com o propósito de formar ‘capital humano’ para o mercado, sem a preocupação com a consciência crítica dos cidadãos e de seu papel na sociedade. Não são apenas as eleições que vão resolver os problemas dos nossos países e sim a organização do nosso povo”, disse Fátima.

Clara Fontdevila (Universidad de Barcelona) iniciou sua fala afirmando que a privatização avança em bloco e de formas distintas, e por isso é necessário que de pronto reconheçamos este fato, como primeiro passo para que tentemos bloqueá-la. Discorreu sobre os conceitos de privatização de Ball Y Yoredell, 2008 – endógena e exógena – e a importância da revisão sistemática da literatura. Disse também que a privatização pode ser: parte de uma reforma estrutural do Estado (Chile); uma ‘reforma incremental’, ou seja, de avanço gradual (Brasil e Colômbia) – nesse contexto, segundo ela, o mais viável para frear essas tendências é a existência de sindicatos organizados; um processo por ‘defeito e emergência’ – LFPSs (low FEE private schools) – avanço da privatização como forma de cobrir os problemas do Estado (Costa Rica); através de alianças público-privadas de caráter histórico – avanço da privatização desligada ou anterior à agenda neoliberal (República Dominicana e Argentina); privatização por ‘justificativa de desastres’, em que situações emergenciais, diante de desastres naturais, são um terreno fértil para a privatização (caso do Haiti); e, por último, pode se manifestar como ‘privatização latente’, que de acordo com Clara, seria o caso do Uruguai.

Gabriela Bonilla falou inicialmente sobre: a) o marco global, regional e ideológico para a privatização da educação: 1) marco global – agenda 2030 e via para endividamento; 2) grupos privados como atores da política educativa; 3) currículo global e TIC’s (Tecnologias de Informação e Comunicação); 4) bancos como atores de políticas educativas; e b) a praxis global e local da privatização: 1) compra pública de serviços privados; 2) gestão por indicadores e resultados; 3) terceirização do trabalho docente; 4) convite à sociedade civil e a ONGs para que se convertam em atores da inviabilização do setor público; 5) iniciativas de burocracias da cooperação internacional e da ONU na orientação de políticas (UNICEF, UNESCO); e 6) iniciativas de ministérios da educação impulsionando processos privatizadores.

Bonilla mencionou a seguir a Meta 4 dos ‘Objetivos de Desenvolvimento Sustentável’ (ODS) da ONU (Agenda 2030) – ver Anexo. Gabriella disse que, para cumprir a ODS 4, os países devem destinar entre 6% e 8,5% de seu PIB para a educação. A média na América Latina, de acordo com ela, é 4.3% do PIB.

Gabriella afirmou que o Brasil é o único país que se endivida por Estado (da Federação), mas foi informada pelo representante do PROIFES, Gil Vicente Reis de Figueiredo, de que, a partir de 17 de julho essa situação mudou, com a publicação, em Diário Oficial da União, de matéria que autoriza o Ministério da Educação a solicitar o apoio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Mundial para implementação do Novo Ensino Médio (leia-se ‘Reforma do Ensino Médio’). Gabriela agradeceu o esclarecimento e disse que irá procurar essas informações e inseri-las em sua próxima apresentação. Mencione-se que, mais adiante, respondendo ao representante da Internacional da Educação presente (Ângelo Gravielatos), que solicitou esclarecimentos sobre a

questão, o professor Gil Vicente Reis de Figueiredo (PROIFES/Brasil) explicou que a proposta de 'Reforma do Ensino Médio' do governo Temer, em curso no Brasil, se dará por 'endividamento do Estado brasileiro', já que a perspectiva traçada por esse mesmo governo é a de redução dos investimentos em educação pública. Acrescentou ele que os recursos em questão virão do 'Programa de Resultados', PforR (o 'for' é do inglês...), que, de forma atentatória à soberania nacional, submeterá à banca internacional (BIRD e Banco Mundial) decisões estratégicas para o Brasil, tais como o estabelecimento de critérios para: a formação de técnicos educacionais e adaptação dos currículos; a elaboração de itinerários formativos; a reprodução de materiais de apoio; e a implementação de novos currículos, por meio do 'Programa Dinheiro Direto da Escola (PDDE)'. O representante do PROIFES explicou ainda que foram destinados inicialmente 21 milhões de dólares do PforR para 'assistências técnicas', ficando o MEC autorizado a contratar 'serviços de consultoria especializados de alto nível', em apoio a secretarias estaduais e distrital - recursos esses que desviam para o setor privado fundos que deveriam ser utilizados para planejamento público de políticas igualmente públicas de educação, pensadas no Brasil e para o Brasil."

Gabriel Castro apresentou um vídeo sobre contra TISA (Trade In Services Agreement – consultar também https://en.wikipedia.org/wiki/Trade_in_Services_Agreement) – ‘Acordo sobre Comércio de Serviços’, em português. Negociam com o TISA 23 membros da OMC e 50 países, no total, representando 70% do comércio mundial de serviços. Os efeitos nefastos do TISA são consequência da concepção que o orienta: os serviços são vistos como simples mercadorias comerciais, e, de forma geral, é grande a pressão para que os governos renunciem ao direito de dar preferência a provedores locais, em benefício dos grandes provedores globais; para isso, incentiva-se e promove-se a criação de normas e legislações de grande alcance, visando diminuir o controle sobre os grandes provedores. Gabriel relatou que no Brasil, em junho deste ano, a Confederação Nacional da Indústria posicionou-se a favor do TISA (ver também <https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/brasil-decide-participar-das-negocia%C3%A7%C3%B5es-do-tisa>), e o atual governo, a partir daí, decidiu participar das negociações sobre o ‘Acordo sobre Comércio de Serviços’.

No dia 21 de setembro a primeira exposição foi de José Manuel Valverde (Colaborador da IEAL), que apresentou o tema ‘Aspectos importantes do monitoramento por país’.

Sua palestra foi dividida nos seguintes subtemas, em que foi mencionando fatos recentes relativos aos diversos países da América Latina e Caribe:

1. Mobilizações e greves.
 - a. Reformas educativas;
 - b. Condições salariais e laborais;
 - c. Repressão e intimidação docente;
 - d. Pressupostos para educação; e
 - e. Protestos de estudantes – criminalização.
2. Privatização e comércio educativo.
 - a. Processos privatizantes da educação: Eliminação temporal do pagamento de aporte de colégios privados como empreendedores (Argentina); Contratação de serviços de saúde para educadores (Colômbia); Programa de financiamento da demanda (Ser Pilo Pega – Colômbia); Educação Dual (Costa Rica); Projeto de Reforma da Educação Superior (Chile); Licitação privada de infraestrutura educativa (Paraguai);
 - b. Avaliação docente-estudantes: Provas Ser (Colômbia); Provas de rendimento acadêmico (Argentina); Resultados provas PISA (Costa Rica); ‘Docentes não querem ser avaliados dentro da aula’ (Peru);
 - c. Retenção cotização de professores.

Depois dessas apresentações iniciais, falaram os representantes do Uruguai, Elbia Pereyra (FUM-TEP) e José Olivera (FENAPES), sobre o tema ‘O desenvolvimento da campanha contra a privatização e o comércio educativo no Uruguai’.

Seguiram-se, ao longo do dia, as exposições por país, pela ordem: Costa Rica, Perú, Honduras, El Salvador, Paraguai e Chile. As exposições do Brasil e da Argentina foram deixadas para o dia 22 de setembro, dada, inclusive, a importância das grandes mudanças havidas no Brasil no último ano, mudanças essas que podem causar forte impacto regional.

No dia 22 de setembro o primeiro a se apresentar foi o Brasil.

Falaram de início os representantes da CONTEE (Gilmar Soares Ferreira, Secretário de Assuntos Educacionais) e da CNTE (Adércia Bezerra Hostin dos Santos, Coordenadora da Secretaria de Assuntos Educacionais), que reapresentaram as pesquisas realizadas por suas entidades.

A seguir o representante do PROIFES, Gil Vicente Reis de Figueiredo, Diretor de Relações Internacionais da entidade, além de apresentar também as pesquisas realizadas pelo PROIFES, foi incumbido de atualizar os presentes em relação às mudanças introduzidas no Brasil pelo governo Temer, bem como os impactos das mesmas no setor educacional.

O diretor, projetando um ‘power point’ - <http://www.adufscar.org/conteudo/noticias/2017/6887/privatizaCAo-do-ensino-superiorexposiCAo-do-proifes-na-costa-rica> - fez uma contextualização do quadro nacional, comparando os avanços do período anterior, com os governos Lula e Dilma, e os retrocessos atuais.

Foram apontados como avanços aspectos do Plano Nacional de Educação (PNE), como a conquista dos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação; e, ao mesmo tempo, o diretor mencionou das dificuldades e lacunas, posto que o PNE não previu o investimento de recursos públicos apenas em educação pública e assim, segundo ele, não foram fechados os espaços para a destinação de recursos para o setor privado; de fato, no governo Dilma acabou acontecendo o crescimento alarmante dos recursos destinados ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que atingiram neste ano 32 bilhões de reais, ou cerca de 30% de todo o orçamento do Ministério da Educação – afirmou o diretor do PROIFES.

“Esse contraponto é importante, disse Gil Vicente, pois, se foi possível avançar bastante na expansão das universidades e dos institutos federais, por outro lado as políticas públicas na área de educação apresentaram também aspectos negativos, com sérias limitações”, ponderou o diretor.

“No atual governo a situação ficou infinitamente pior. As políticas que vêm sendo implementadas pelo governo Temer constituem um golpe na democracia, posto que aquilo que foi votado pelo povo brasileiro em 2014, como o aumento de recursos para a educação e para a saúde, foi revertido: o atual governo está implementando exatamente o oposto disso”, observou.

Um dos principais pontos abordados pelo diretor do PROIFES foi a Emenda Constitucional 95, que congelou os investimentos públicos por 20 anos. “A aprovação da EC 95 representou um retrocesso imenso, pois dela decorre a retirada de recursos das áreas sociais, particularmente da educação, na esfera superior e em todas as demais, pelas próximas duas décadas. Se a EC 95 não for revertida, o futuro do País estará comprometido: nenhum eventual governo progressista que venha a ser eleito em 2018 poderá avançar em políticas públicas que ampliem os investimentos nas áreas sociais”, declarou. “Vai haver uma redução dramática de aporte de recursos para a educação: apenas nos próximos 10 anos, pelo menos 20% dos investimentos serão cortados. Talvez mais, porque a reforma da Previdência, que o governo quer impor para dividir a miséria resultante do confisco de gastos nas áreas sociais, não deve passar, o que irá pressionar mais ainda os investimentos em saúde e em educação. Tudo isso para garantir o pagamento dos juros exorbitantes da dívida pública brasileira, retirando repasses que seriam fundamentais para que o povo brasileiro tivesse o mínimo de serviços públicos de qualidade. As consequências disso para a educação vão ser absolutamente dramáticas”, afirmou.

“Mencionamos aqui a Reforma do Ensino Médio. O que o governo atual está propondo é que essa reforma ocorra por intermédio de um endividamento do Estado brasileira diante do Banco Mundial e do BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento): os recursos que daí virão terão como contrapartida a imposição de diretrizes relativas aos currículos, a contratação de ‘assessorias’ que interessam ao setor privado e que irão direcionar o ensino segundo a lógica de formação de ‘capital humano’, e não de educação crítica, que leve à cidadania plena. É uma proposta que, em última instância, afeta diretamente a soberania nacional”, reforçou o diretor do PROIFES.

“Na esfera do ensino público superior federal, é preciso fazer um alerta especial: já para 2018 há previsão de cortes, nas universidades, da ordem de 32% e ainda maiores nos institutos federais. Isso significa que, no médio prazo, ou seja, em poucos anos, teremos possivelmente os investimentos nas universidades e nos institutos federais convergindo para zero, o que irá reacender o debate sobre a venda de serviços e o pagamento de mensalidades, tão caro aos que pretendem destruir a universidade pública de excelência, em benefício da transformação do conhecimento e da formação profissional aí produzidos em mercadoria. Por tudo isso, é absolutamente fundamental exigirmos que a Emenda Constitucional 95 seja revogada. Essa é uma das nossas principais lutas, que só pode ser levada adiante com o conjunto das demais entidades que defendem a educação pública – isso num contexto mundial de retrocesso, em especial na América Latina”.

O PROIFES apresentou gráficos indicando a trajetória desastrosa prevista para o aporte de recursos para as universidades e institutos federais; deles se deduz que, além da redução de aportes financeiros para custeio e investimento, não haverá contratações nem sequer reajuste dos salários nominais dos docentes enquanto a EC 95 não for derrubada.

Ao final, Gil Vicente, autorizado pela coordenação da Internacional de Educação, apresentou um vídeo elaborado pela ADUFSCar, Sindicato (PROIFES), que, com custo bastante baixo, conseguiu alcançar uma visualização de quase 300.000 pessoas. O vídeo defendia os serviços públicos e exigia que a EC 95 não fosse aprovada (embora, infelizmente, tenha sido) e foi muito aplaudido pelos participantes do evento internacional.

Na sequência, os representantes da Argentina apresentaram também, em linhas gerais, a situação do seu País no que se refere à educação, atualizando os presentes em relação aos acontecimentos mais recentes.

No final da manhã os representantes de cada um dos países se reuniram em grupos de trabalho (por país) e atualizaram os ‘Planos de Trabalho’ para o período 2017-2018. O Plano de Trabalho do Brasil, apresentado (junto com os demais) pouco depois, ficou conforme a planilha abaixo. A reunião foi encerrada logo a seguir.

Eixo	Ações estratégicas	Objetivo	Resultados esperados	Atividades	Tempo	Responsável
I - Investigação para Ação	Na medida da necessidade e possibilidade das 3 entidades, Fomentar, Capacitar Dirigentes Regionais e Locais para manter base de dados das políticas de Privatização e Terceirização da Educação atualizadas	Diagnóstico para embasar as ações políticas relativas ao combate à Privatização	Identificar as formas de privatização no Brasil em todos os níveis de ensino. Levantar as consequências da Privatização da Educação Pública para a sociedade	Reuniões, Seminários, Encontros de acordo com o Plano de Luta das Entidades.	Permanente	Coordenação do Plano pelas 3 entidades
	2.Criar um Observatório sobre o Plano Nacional da Educação, com ênfase no acompanhamento de sua execução e, especificamente, no que diz respeito a utilização de lacunas na legislação para avanço na privatização	-Acompanhar o avanço das ações de privatização e terceirização das políticas educacionais.	Lutar contra o avanço das políticas de terceirização/ privatização	-Pesquisas permanentes -Reuniões periódicas para postular pautas de investigação	Dezembro de 2018	Coordenação do Plano pelas 3 entidades
II - Ação Política	1.Realização de uma Campanha em Defesa e Promoção da Educação Pública e Contra todas as formas de Privatização, coordenada pelas 3 entidades	Denunciar as Vias de Privatização. Promover da Educação Pública, Gratuita ofertada e garantida pelo Estado;	Consientização dos vários segmentos da população da importância da Educação Pública de Qualidade como condição para alcançar a cidadania	Produção e divulgação de materiais Divulgação nas redes sociais Realização de seminários	Até outubro de 2017 para formatar a Campanha	Entidades
	2.Realizar Seminários regionais para denunciar as formas de privatização do direito à Educação Pública	Propiciar aos dirigentes sindicais as informações necessárias ao combate das ações de terceirização e privatização na educação pública.	Engajamento dos/as dirigentes nas diferentes esferas da federação- Federal, Estadual e Municipal, na luta contra a privatização e terceirização.	Realização de Seminário Nacional Realização de Seminários nos Estados	Permanente	Entidades
	3.Levar a Campanha em Defesa e Promoção da Educação Pública frente às políticas de Mercantilização da educação para dentro CONAPE	Capacitar os participantes no combate as formas de privatização, mercantilização e terceirização da educação e defender as Políticas Públicas de Educação		Reuniões, Fóruns, distribuição de materiais para os participantes da CONAPE	2017/2018	Entidades no FNE
	4. Retomar as deliberações do Seminário Nacional para no âmbito da Campanha a ser desenvolvida desenvolver as ações possíveis					
III - Denúncia e Solidariedade Nacional e Internacional	1.Denunciar Políticas de Privatização e Terceirização a partir da Criação Banco de Dados.	Fazer com que as ações de terceirização/privatização sejam conhecidas a nível nacional e internacional	Que a denúncia possa influenciar na correlação de força existente e seja capaz de ajudar na luta contra a privatização	Divulgar as ações –em todas as esferas, públicas e privadas - que promovem a privatização da educação pública	Permanentes	Entidades
IV - Estratégia de Comunicação	1.No âmbito da Campanha, as 3 entidades traçarão um Plano de Produção e Divulgação de mídias específicas	Dar publicidade aos estudos realizados e denunciar o processo de privatização	Conhecimento da realidade de privatização / terceirização da educação pública no Brasil. Combate ao processo de privatização e terceirização	Publicação Divulgação em Seminários	Permanente	Entidades
	2.Criação de um Portal do Observatório	Ter um Banco de Dados e um local de consulta para estudo e divulgação das ações de privatização e terceirização da Educação Pública	Socialização de conteúdos e iniciativas de luta contra a privatização e terceirização	Divulgar atos e eventos dos estados e entidades de luta	Novembro	Entidades
	3.Publicar Cartaz/Cartilha/Folder alusivos à Campanha.	Dar visibilidade às lutas contra a privatização e terceirização da Educação Pública	Que os dirigentes sindicais / sociedade possam ter acesso a dados e informações e possam se engajar na luta contra a privatização / terceirização	Publicação de Cartaz, Cartilhas, Folders	Permanente	Entidades

ANEXO

Meta 4 dos ‘Objetivos de Desenvolvimento Sustentável’ (ODS) da ONU

(Consultar também: <http://www.agenda2030.com.br/meta.php?ods=4>)

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário.

4.2 Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

4.a. Construir e melhorar as instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

4.b. Até 2020 ampliar substancialmente, de forma global, o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento

4.c. Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

3. A construção da 'Resposta Global' à privatização - o papel do PROIFES e sindicatos filiados, como a ADUFSCar, no 'Plano de Trabalho' do Brasil.

O Plano de Trabalho do Brasil, conforme apresentado na matéria acima, só terá sucesso se encaminhado e apoiado por cada uma das entidades vinculadas, no nosso País, à Internacional de Educação: PROIFES, CNTE e CONTEE. Assim, no caso do PROIFES, essa será uma tarefa coletiva do conjunto de sindicatos filiados.

A ADUFSCar fará a sua parte nesse projeto e, para isso, debateremos coletivamente com os associados a agenda nacional e internacional acima, em ponto de pauta de assembleia convocada para o próximo dia 9 de outubro (ver detalhes abaixo), que discutirá a implementação de cada um dos eixos e ações estratégicas previstas no 'Plano de Trabalho' acima. Essa luta – sem detrimento de todas as outras que é preciso organizar diante dos inúmeros desafios que as políticas do atual governo impõem – é central: a garantia da excelência na educação só pode ser alcançada se for privilegiado o espaço público. Na esfera da educação, isso se traduzirá na defesa de universidades e institutos federais capazes de formar profissionais críticos e competentes, e de produzir conhecimento que possa alavancar o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social do Brasil.

4. As políticas do atual governo comprometem o futuro das IFES e do Brasil.

A aprovação da Emenda Constitucional 95 impõe pesadas limitações ao orçamento da educação para o próximo ano. Em função disso, os cortes de investimentos nas IFES, conforme presentes no orçamento previsto para 2018, são absolutamente inaceitáveis, como mostram os seguintes dados:

Orçamento de investimento das Universidades Federais, 2015: 13 bilhões de reais;

Orçamento de investimento das Universidades Federais, 2017: 8,7 bilhões de reais;

Orçamento de investimento das Universidades Federais, 2018: 5,9 bilhões de reais.

Orçamento de investimento dos Institutos Federais, 2015: 7,9 bilhões de reais;

Orçamento de investimento dos Institutos Federais, 2017: 3,7 bilhões de reais;

Orçamento de investimento dos Institutos Federais, 2018: 2,8 bilhões de reais.

Diante dessa situação dramática, que em pouco tempo poderá paralisar as Instituições Federais de Ensino, é urgente consolidar um processo de resistência, de luta permanente em defesa do imenso patrimônio que representam para o Brasil.

Para tal, é urgente que nos organizemos, junto com as demais organizações sindicais, da sociedade civil, populares, contra as políticas em curso, que comprometem o futuro das IFES, da educação, da saúde, e de todas as demais áreas sociais e do Brasil.

5. Convocação de Assembleia Geral.

Assembleia Geral da ADUFSCar

Local: Auditório da ADUFSCar, São Carlos, com integração multicampi (Araras e Sorocaba)

Dia e horário: 2ª feira, 9 de outubro, às 17h30 (início regimental às 18h00)

Pauta: 1) 'Resposta Global' à privatização. 2) Mobilização contra as políticas do atual governo.

6. Manifesto da União Nacional dos Estudantes em Defesa da Universidade Pública.

A UNE publicou, em 24 de setembro, o documento abaixo, que endossamos por estar em consonância com o que vem sendo aprovado nas instâncias da ADUFSCar.

“A universidade pública brasileira é um bastião da nossa independência e da nossa livre produção de conhecimento. A partir das instituições federais e estaduais de todo o país, são criadas as bases da intelectualidade, da democratização dos saberes e do desenvolvimento nacional em diversas áreas. O atual modelo de universidade é responsável por conquistas valiosas de nosso povo. Foi a universidade pública do Brasil que fomentou o nosso sistema de saúde, a prevenção de doenças e as pesquisas mais avançadas da nossa medicina para a proteção da vida. Foi onde nasceram, ao longo do tempo, as soluções da engenharia, meio-ambiente, logística para o avanço das nossas cidades e da nossa indústria, da economia e soberania nacional. Foi a universidade que permitiu a afirmação da identidade e a consciência histórico-crítica do povo brasileiro por meio da nossa literatura, artes, música, sociologia, pedagogia. Além disso, foi a universidade pública um dos pilares de resistência pela democracia do nosso país em diferentes períodos de exceção como o Estado Novo e a Ditadura Militar de 1964 a 1985.

Em 2018, completa 100 anos o manifesto de Córdoba pela reforma universitária na Argentina e em toda a América Latina, movimento que semeou no continente a bandeira da educação superior pública, gratuita e de qualidade como base de superação das contradições e desigualdades locais. Desde então, essa é uma luta que atravessou gerações no continente. Países como o Chile, que chegaram a abrir mão da universidade gratuita por um período de tempo, enfrentaram massiva reação da sociedade civil organizada para a retomada dessa garantia, como ocorreu nas jornadas estudantis do início desta década.

Estamos alcançando os 85 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação no Brasil, que é um marco para a consolidação de um sistema educacional verdadeiramente plural e não voltado apenas para as elites nacionais. Pensadores como Anísio, Teixeira, Darcy Ribeiro, Roquete Pinto e Cecília Meirelles estabeleceram ali a defesa de uma escola única, desde a infância à universidade, tendo a gratuidade como uma das suas características magnas, influenciando dessa forma a Constituição Federal de 1934.

Não há como aceitar que todo esse legado esteja ameaçado pelas recentes movimentações de contingenciamento e cortes no orçamento da educação brasileira, tendo como base a Emenda Constitucional de nº 95 que congela gastos e põe em risco a existência da universidade pública. Há uma crise orçamentária instaurada nas universidades públicas nesse país.

Os acúmulos históricos não podem ser descartados frente à atual política de desmonte e sucateamento da educação, em contraposição ao que preconizam os especialistas da área, movimentos sociais e o conjunto da sociedade brasileira. A forma mais adequada de garantir e ampliar o financiamento educacional no Brasil, principalmente em um período de crise como o que se atravessa, é por meio de uma reforma tributária progressiva, que altere o atual sistema de arrecadação brasileiro - no qual ricos pagam menos e pobres pagam mais. A solução apresentada para tirar as universidades da crise financeira não pode ser a cobrança de mensalidade sob nenhuma hipótese. Além disso, o investimento em educação não pode ser computado e suprimido como um gasto qualquer, sendo um investimento que altera diretamente a balança da economia nacional por gerar tecnologia, inovação e conhecimento de ponta.

Não são transparentes os que dizem que desejam cobrar mensalidades nas universidades públicas brasileiras para criar justiça social e beneficiar os mais pobres. São os mesmos que desejam privatizar os diferentes serviços básicos referentes aos direitos constitucionais do nosso país. São os que foram ao Supremo Tribunal Federal pelo fim do Prouni e das cotas para estudantes menos favorecidos no ensino superior brasileiro. São os que desejam entregar a universidade, em sua totalidade, ao livre mercado, subjugando-a às regras do dinheiro e da exclusão dos que não podem pagar.

Rever direitos fundamentais como a educação pública e gratuita no Brasil nunca será algo que beneficie as camadas populares do país. Os impostos cobrados à população, que via de regra pesam mais sobre os mais pobres, já devem ser, por obrigação, revertidos em serviços públicos de qualidade. Os que desejam mais igualdade no sistema universitário brasileiro poderiam juntar-se aos movimentos educacionais, defendendo, por exemplo, a taxação das grandes fortunas do país, prevista na Constituição Federal de 1988 e nunca implementada. Uma política tributária que atinja uma pequena parcela dos grandes lucros poderá financiar, com folga, a universidade pública, na qual poderão estudar os seus filhos e também os filhos dos trabalhadores, lado a lado. Essa é a transformação democrática que queremos para a nossa universidade e ao nosso povo. A universidade que queremos é aberta a todas e todos, dos bairros nobres e também das favelas; tem as cores, os sons, as ideias e as vozes de todo um país diverso e que seja atendida por forte política de assistência estudantil; tem os saberes baseados na nossa riqueza e pluralidade humana. A universidade que queremos é livre das amarras do poder econômico, é transformadora da nossa realidade. Uma universidade que seja o nosso grande patrimônio, que tenha o tamanho do Brasil.

A universidade pública é pública. Pela recomposição orçamentária! Não aos cortes! Não à cobrança de mensalidades!”